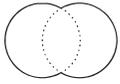
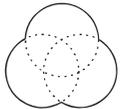
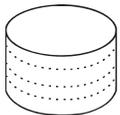


Visão geral

**Transparência:****60** /100

(Pontuação no Índice do Orçamento Aberto)

**Participação Pública:****17** /100**Fiscalização do Orçamento:****74** /100

Sobre o inquérito

As decisões orçamentárias do governo – quais impostos cobrar, quais serviços fornecer e quanta dívida assumir – têm consequências importantes para todas as pessoas da sociedade. Quando os governos fornecerem informações e canais significativos para o público se engajar nessas decisões, podemos garantir melhor que o dinheiro público é gasto em ações voltada ao interesse público

O **Inquérito do Orçamento Aberto (IOA)** é o único instrumento global de pesquisa independente, comparativo e baseado em evidências que usa critérios internacionalmente aceitos para avaliar o acesso público às informações orçamentárias do governo central; oportunidades formais para o público participar do processo orçamentário nacional; e o papel das instituições de supervisão orçamentária, como legislaturas e entidades nacionais de auditoria, no processo orçamentário.

Este inquérito ajuda a sociedade civil local a avaliar e conferir junto a seu governo a transparência e o uso dos recursos públicos. Esta 8ª edição do IOA abrange 120 países.

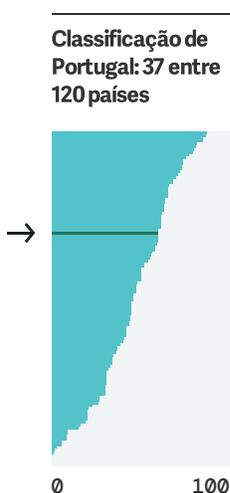
Visita www.internationalbudget.org/open-budget-survey para obter mais informações, incluindo a metodologia OBS completa, os relatórios globais e regionais de 2021, as descobertas de todos os países pesquisados e o Data Explorer.

Transparência

Esta parte do IOA mede o acesso do público à informação sobre como o governo central arrecada e gasta os recursos públicos. Avalia a **disponibilidade por via eletrônica, a pontualidade e a abrangência** de oito documentos orçamentais importantes, usando 109 indicadores de peso igual para pontuar cada país em uma escala de 0 a 100. **Uma pontuação de 61 ou mais indica um país que provavelmente publica material suficiente para sustentar um debate público bem informado sobre o orçamento.**

Portugal tem uma pontuação em transparência de 60 (sobre 100).

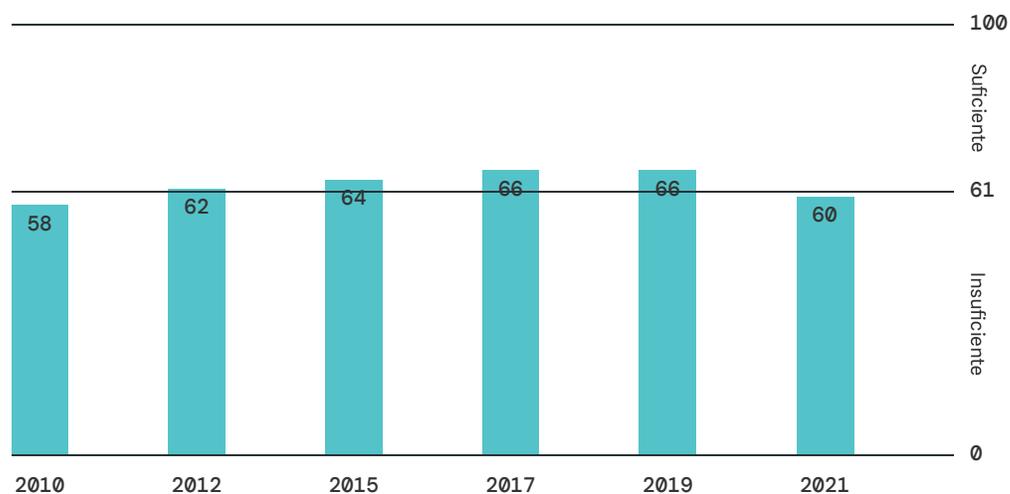
Transparência de Portugal em comparação a outros



Média Global	45
Média da OCDE	66
Suécia	85
Noruega	81
Itália	75
Reino Unido	74
Alemanha	73
França	72
Estados Unidos	68
Portugal	60
Espanha	54
Canadá	31

0 Insuficiente 61 Suficiente 100

Como evoluiu a pontuação em transparência de Portugal ao longo do tempo?



Disponibilidade pública de documentos orçamentais de Portugal

KEY	
●	Disponível para o Público
●	Publicado com Atraso, ou Não Publicado por Meios Eletrônicos, ou Produzido Apenas para Uso Interno
⊘	Não Foi Produzido

Documento	2010	2012	2015	2017	2019	2021
Declaração Pré-Orçamental	⊘	●	●	●	●	●
Proposta de Orçamento do Executivo	●	●				
Orçamento Promulgado	●	●				
Orçamento Cidadão	⊘	⊘	●	⊘	●	●
Relatórios Durante o Ano	●	●				
Revisão Semestral	⊘	⊘				
Relatório de Fim de Ano	●	●				
Relatório de Auditoria	●	●				

Qual a abrangência do conteúdo dos principais documentos orçamentais que Portugal disponibiliza ao público?

KEY	
●	61-100 / 100
●	41-60 / 100
●	1-40 / 100

Principal documento orçamental	Finalidade e conteúdo do documento	Exercício fiscal avaliado	Pontuação do conteúdo do documento
Declaração Pré-Orçamental	Divulga os parâmetros gerais das políticas fiscais antes da Proposta de Orçamento do Executivo; esboça as previsões do governo para a economia, as receitas, despesas e endividamento.	2021	22
Proposta de Orçamento do Executivo	Apresentada pelo executivo ao poder legislativo para sua aprovação, contendo detalhes sobre fontes da receita, alocações aos ministérios, mudanças propostas em políticas públicas e outras informações para compreender a situação fiscal do país.	2021	67
Orçamento Promulgado	O orçamento aprovado pelo poder legislativo.	2021	78
Orçamento Cidadão	Uma versão mais simples e menos técnica da Proposta de Orçamento do Executivo ou do Orçamento Promulgado, redigida para divulgar dados chaves ao público.	2020	25
Relatórios Durante o Ano	Incluem informações sobre receitas efetivamente arrecadadas, despesas efetivamente feitas e dívida assumida em diferentes intervalos; publicados trimestral ou mensalmente.	2020	89
Revisão Semestral	Uma atualização abrangente sobre a execução do orçamento no meio do ano, com a revisão dos pressupostos macroeconómicos e uma previsão atualizada dos resultados orçamentais.	2020	Não produzido
Relatório de Fim de Ano	Descreve a situação das contas do governo no final do exercício fiscal e, idealmente, uma avaliação do progresso para alcançar as metas de política pública do orçamento.	2019	67
Relatório de Auditoria	Emitido pela Instituição Suprema de Auditoria, este documento examina se as contas de fim de ano do governo são corretas e completas.	2019	76

Portugal: A pontuação no quesito transparência de **60** no IOA de 2021 é moderadamente mais baixa de sua pontuação em 2019.

O que mudou no Inquérito do Orçamento Aberto de 2021?

Portugal diminuiu a disponibilidade de informações orçamentais nos seguintes aspectos:

- Reduzir a informação fornecida em Declaração Pré-Orçamental.

Recomendações

Portugal deve priorizar as seguintes ações para melhorar a transparência orçamental:

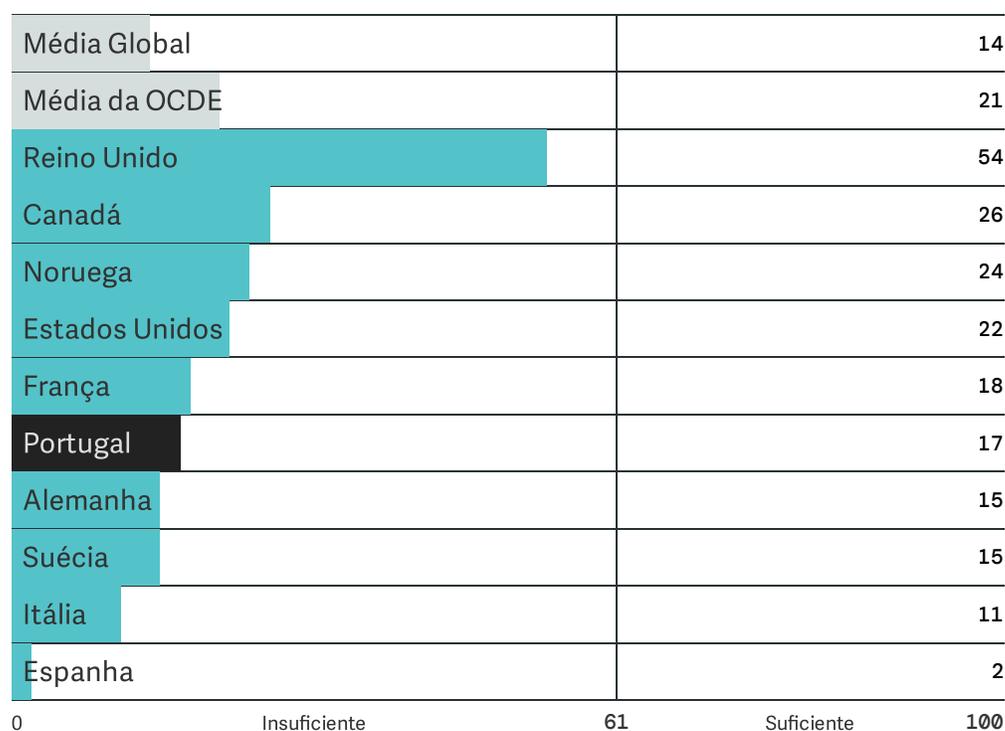
- Ampliar a qualidade das informações disponíveis na Declaração Pré-orçamental (Programa de Estabilidade).
- Publicar o Orçamento Cidadão a cada ano fiscal e ampliar sua abrangência.
- Produzir e publicar Revisão Semestral por via eletrônica em tempo hábil.
- Melhorar a apresentação de dados não financeiros sobre resultados (em termos de produtos ou impacto) na Proposta de Orçamento do Executivo.
- Incluir na Proposta de Orçamento do Executivo informações consolidadas sobre a dívida pública, elaboradas pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP).
- Aprimorar consideravelmente a qualidade das informações relativas a gastos por programas.
- Fornecer informações consolidadas (para o governo central e segurança social) sobre os gastos do programa principal (P015 "Trabalho, solidariedade e Segurança Social").

Participação Pública

O IOA avalia as oportunidades formais franqueadas ao público para uma participação significativa nas diferentes etapas do processo orçamental. Examina as práticas do executivo, do poder legislativo e da instituição suprema de auditoria (ISA) do governo central, com base em 18 indicadores de peso igual, alinhados com os Princípios de Participação Pública na Política Fiscal da *Global Initiative for Fiscal Transparency*, e pontua cada país em uma escala de 0 a 100.

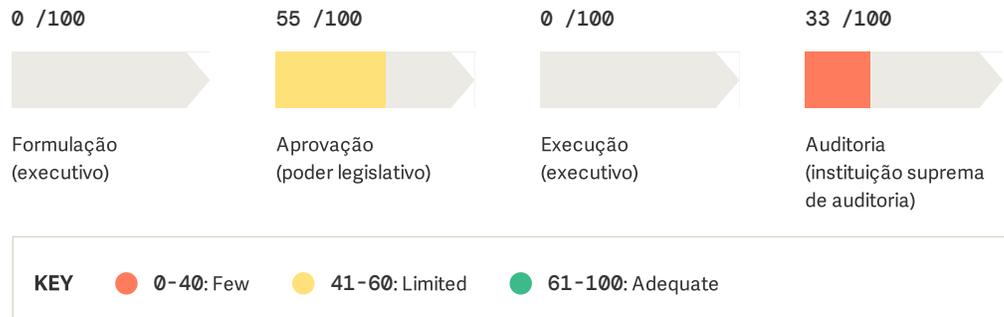
Portugal tem uma pontuação no quesito participação pública de **17** (sobre 100).

Participação pública de Portugal em comparação a outros



Veja maiores informações sobre práticas de participação pública no mundo, [aqui](#).

Alcance das oportunidades para a participação pública no processo orçamental



Recomendações

Para reforçar a participação pública no processo orçamental de Portugal, o Ministério das Finanças deveria priorizar as seguintes ações:

- Testar mecanismos para o público participar na formulação do orçamento e monitorar sua execução.
- Promover ativamente a participação de comunidades vulneráveis e sub-representadas, diretamente ou através de organizações da sociedade civil que as representam.

O Assembleia da República de Portugal realiza audiências públicas relativas à aprovação do orçamento anual, mas também deveria priorizar as seguintes ações:

- Permitir que qualquer membro do público ou qualquer organização da sociedade civil exponha durante suas audiências sobre a proposta de orçamento antes de sua aprovação.
- Permitir que membros do público ou organizações da sociedade civil exponham durante suas audiências sobre o Relatório de Auditoria.

O Tribunal de Contas de Portugal estabeleceu mecanismos para contribuir a investigações de auditoria relevantes. Deveria priorizar as seguintes ações para melhorar a participação do público no processo orçamental:

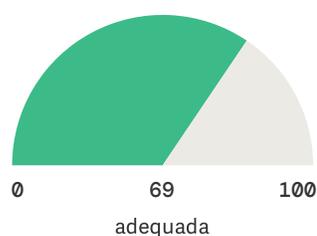
- Estabelecer mecanismos formais para o público auxiliar no desenvolvimento de seu programa de auditoria.

Fiscalização do Orçamento

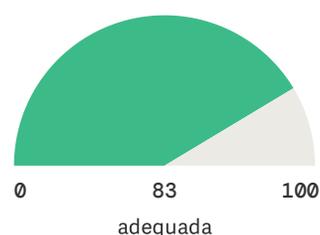
O IOA examina o papel do poder legislativo e das instituições supremas de auditoria (ISAs) no processo orçamental e até que ponto elas proporcionam uma fiscalização adequada. Cada país recebe uma pontuação de 0 a 100, com base em 18 indicadores de peso igual. O inquérito também levanta informações adicionais sobre instituições fiscais independentes (ver Destaque).

O poder legislativo e a instituição suprema de auditoria de Portugal, juntos, fazem uma fiscalização adequada durante o processo orçamental, com uma pontuação conjunta de **74** (sobre 100). Avaliados por separado, o grau de fiscalização de cada instituição é o seguinte:

Fiscalização pelo legislativo



Fiscalização pela instituição de auditoria



KEY ● 0-40: Few ● 41-60: Limited ● 61-100: Adequate

Recomendações

O Assembleia da República de Portugal oferece uma fiscalização fraca durante a etapa de planeamento no ciclo orçamental e uma fiscalização limitada durante a etapa de execução. Para melhorar ainda mais a fiscalização, as seguintes ações deveriam ser priorizadas:

- Uma comissão legislativa deveria examinar a execução orçamental durante o ano e publicar por via eletrônica relatórios com suas conclusões.
- Na prática, garantir que o poder legislativo seja consultado antes que o executivo reduza gastos devido a uma insuficiência da receita.

- Uma comissão do poder legislativo deveria examinar o Relatório de Auditoria e publicar por via eletrônica um relatório com suas conclusões.

Para fortalecer a independência e melhorar a fiscalização da Tribunal de Contas do Portugal, as seguintes ações são recomendadas:

- Garantir que os processos de auditoria sejam revistos por um órgão independente.

A prática emergente de estabelecer instituições fiscais independentes

Portugal possui uma instituição fiscal independente (IFI) conhecida como Conselho das Finanças Públicas. Sua independência é estabelecida por lei, e apresenta análises ao poder legislativo e ao executivo. Ela publica suas próprias previsões macroeconômicas e fiscais, e suas próprias estimativas de custos para algumas propostas de novas políticas.

Os indicadores sobre as IFIs não são pontuados no Inquérito do Orçamento Aberto.

Metodologia

- O IOA de 2021 avaliou apenas documentos publicados e eventos, atividades ou novidades ocorridos até 31 de dezembro de 2020.
- Este inquérito se baseia em um questionário preenchido em cada país por um especialista independente em assuntos de orçamento

Paulo Trigo Pereira

Institute of Public Policy - Lisbon

Rua Miguel Lupi, 20 – Gab. 403, 1249-078 Lisboa, Portugal

ppereira@iseg.ulisboa.pt

- Para reforçar a pesquisa, o draft do questionário sobre cada país também é revisado por um especialista anônimo independente e, no caso de Portugal, por um representante do Ministério das Finanças.